



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





PC-MS

**PC-MS - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MATO
GROSSO SUL SUBTÍTULO**

**GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas
Escrivão de Polícia
Judiciária**

**EDITAL N. 1/2025 – SAD/SEJUSP/PCMS/
APJ/2025**

**CÓD: OP-095JL-25
7908403578160**

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (2024)

Texto para a questão seguinte...

O projeto de cada indivíduo pode ser traçado desde a infância, mas também pode ser construído ou modificado nas diferentes fases da vida. A ênfase existencialista se coloca no exercício permanente da liberdade da escolha e da responsabilidade individual na construção de um projeto de vida que dê significado às nossas existências até os últimos dias.

GOLDENBERG, Mirian. A Invenção de uma bela velhice. 2021. p.48

Observe o fragmento de texto abaixo e atente para os termos destacados em maiúscula:

I. “O projeto de cada indivíduo pode ser **TRAÇADO** desde a infância...” - como o termo destacado, grafa-se também o termo “Açetinado”

II. “A **ÊNFASE** existencialista se coloca...” – como o termo destacado, grafa-se também o termo “Parálise”.

III. “...da responsabilidade individual na **CONSTRUÇÃO** de um projeto de vida.” – como o termo destacado, grafa-se também o termo “Especulação”.

IV. “O projeto de cada indivíduo pode ser traçado desde a **INFÂNCIA**...” - como o termo destacado, grafa-se também o termo “Ância”.

Está **CORRETO** o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV

2. (2025)

Analise as palavras a seguir quanto aos seus elementos mórficos. O conjunto em que todas as palavras dadas apresentam prefixos que equivalem em significado é:

- (A) anacrônico; anônimo; anelídeo.
- (B) submissão; hipogeu; hemisfério.
- (C) extraordinário; intracontinental; antebraço.

- (D) infeliz; desleal; ingerir.
- (E) dígrafo; bípede; biênio.

3. (2024)

Leia atentamente o texto a seguir e responda à questão à rede de esgoto nos maiores municípios do país

Pessoas negras e indígenas são os grupos sociais que menos têm acesso ao saneamento básico no Brasil, segundo dados do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgado nesta sexta-feira (23).

A pesquisa, realizada em 2022, levou em conta a proporção dos moradores em domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário por rede coletora, pluvial ou fossa séptica.

Nacionalmente, a maior proporção de atendimento por serviços públicos de saneamento ocorre para as pessoas amarelas, seguidas das brancas.

Considerando as 18 cidades mais populosas do país, pessoas brancas ou amarelas também são as que mais têm acesso a esse tipo de política pública.

O destaque negativo ocorre na cidade de Macaíó. A capital alagoana registra os piores índices para quase todos os grupos sociais, exceto indígenas. No município, entre os amarelos, 40,4% das pessoas não têm acesso ao saneamento; entre os pretos, o número é de 35,9%; pardos são 34,9%; e brancos são 28%.

Já em relação aos indígenas, a cidade com os piores índices é Manaus. Na capital do Amazonas, 39,9% desse grupo não tem acesso ao saneamento.

Por outro lado, o melhor atendimento em saneamento básico, para todos os grupos sociais, ocorre na cidade de Curitiba. No município, 99,6% dos amarelos são atendidos pela política. Entre a população branca na capital paranaense, 98,9%; pretos 97,9%; pardos 97,7%; e indígenas 97,2%.

Dos 18 municípios analisados, em 17 deles as populações negra (que inclui pretos e pardos) e indígena são o grupo social com menos acesso às políticas de saneamento.

“Isso não é algo novo. O que está sendo colocado agora em números é, na verdade, o retrato de um processo histórico”, afirma Victor de Jesus, um dos coordenadores do Núcleo Capixaba de Estudos da Experiência Humana em Meio Urbano.

Segundo ele, esse é um processo antigo. Desde o século 19, quando passou a ser desenvolvido o planejamento urbano das cidades brasileiras, a população negra não foi integrada aos espaços.

“Essa população não participa do processo decisório, não constrói políticas públicas e não é reconhecida como sujeito de direito. Com isso, o setor institui uma política capitalista, que vê saneamento como mercadoria e, portanto, só quem pode ter acesso é quem pode pagar, o que exclui mais uma vez.”

Em 2022, o Brasil ainda registrava o equivalente a 49 milhões de habitantes sem atendimento adequado de esgoto e 4,8 milhões de pessoas sem água encanada, apesar do crescimento desses serviços nas últimas décadas.

No caso do esgotamento sanitário da população em geral, 62,5% da população vivia em domicílios conectados à rede de coleta em 2022. Outros 13,2% estavam em endereços que usavam fossa séptica ou fossa-filtro como solução individual.

De acordo com o IBGE, as duas categorias são consideradas adequadas pelo Plansab (Plano Nacional de Saneamento Básico).

Assim, a população atendida por rede de esgoto ou fossa séptica chegou a 75,7%, na soma, em 2022 – o equivalente a 153,1 milhões de pessoas. O percentual subiu em relação aos recenseamentos anteriores – era de 64,5% em 2010 e de 59,2% em 2000.

(Tayguara Ribeiro. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/02/populacoes-negra-e-indigena-tem-menor-acesso-a-rede-de-esgoto-nos-maiores-municipios-dopais.shtml>. 23.fev.2024)

Considerando as 18 cidades mais populosas do país, pessoas brancas ou amarelas também são as que mais têm acesso a esse tipo de política pública.

No período acima há

- (A) dois artigos e duas preposições.
- (B) dois artigos e três preposições.
- (C) três artigos e duas preposições.
- (D) três artigos e três preposições.

4. (2025)

A palavra em destaque é um adjetivo gentílico apenas em:

- (A) Pedro não soube dizer qual profissional havia tido o **melhor** desempenho.
- (B) O ator é reconhecido internacionalmente por sua **excelente** atuação.
- (C) As desventuras **inesperadas** complicaram ainda mais a situação.
- (D) A moça parece ser **amicíssima** da vítima do acidente.
- (E) O rapaz **soteropolitano** foi contratado na semana passada.

5. (2024)

Texto para a questão.

Empregos ligados à matemática

Pesquisa divulgada pelo Itaú Social revela que a qualidade dos empregos ligados à matemática **é muito maior** em termos de resiliência às situações de crise **do que a de outras ocupações** não vinculadas a essa disciplina, porque são cargos que demandam mais especialização. Durante a pandemia da Covid-19, os trabalhos intensivos em matemática tiveram queda de 6,8%, enquanto as demais ocupações mostraram retração de 13,1%.

“A gente vê o quanto o emprego reage e a recuperação de empregos se estável, mesmo em momentos de crise: o grau de formalidade desses empregos e o nível salarial são mais altos do que a média dos empregos brasileiros, mesmo quando considerados entre as pessoas que ensino superior completo”, disse Agência Brasil a gerente de Avaliação e Prospecção do Itaú Social, Fernanda Seidel.

“**Ou seja**, se a gente pega um trabalho intensivo em matemática, de alguém com ensino superior completo, e compara com um trabalho não intensivo em matemática, embora feito por alguém com ensino superior completo, na média, o salário **da-quele** trabalho é o dobro.”

Embora os trabalhos vinculados à matemática sejam bons e tenham renda maior, eles reproduzem as desigualdades observadas na aprendizagem da matemática desde o ensino básico, em especial entre meninas e pessoas negras, englobando pretos e pardos, que apresentam desempenho bem mais baixo que os brancos do sexo masculino, explicou Fernanda.

Outra conclusão importante do estudo é que, diferentemente do que ocorre em outros países, o Brasil emprega um número baixo de pessoas ligadas às profissões vinculadas à matemática, que são mais resilientes e geram mais renda. Por isso, destaca a pesquisa, o país precisa acompanhar melhor esse quadro e se preocupar mais no sentido de política pública de desenvolvimento.

Fonte: Agência Brasil, 20 de fev. de 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/empregos-ligados-a-matematica/>. (ADAPTADO)

Ao reescrever a expressão “... se a gente **pega** um trabalho intensivo em matemática ...”, adotando uma linguagem mais formal e trocando o verbo destacado pela forma verbal “manter”, a alternativa que se apresenta correta é:

- (A) “... se nós mantermos um trabalho intensivo em matemática ...”
- (B) “... se nós mantivermos um trabalho intensivo em matemática ...”
- (C) “... se a gente manter um trabalho intensivo em matemática ...”
- (D) “... se nós manter um trabalho intensivo em matemática ...”

6. (2024)

A superioridade do setor público na área educacional

Otaviano Helene

Um dos “argumentos” frequentemente usados para justificar as privatizações, sejam elas feitas diretamente ou por meio de parcerias com fundações e associações, compra de serviço, terceirização, subvenção ao setor privado, entre outras, é a hipótese de que o setor privado é mais eficiente que o setor público. Entretanto, essa hipótese está errada.

Vejamos o caso do ensino superior. Quanto ao aspecto apenas financeiro ou econômico, é fácil verificar a superioridade do setor público: o custo de manutenção de um estudante em um curso na USP é inferior ao custo em um mesmo curso e com a mesma qualidade oferecido pelo setor privado. Para ilustrar isso, vamos examinar o orçamento da USP.

Como o objetivo aqui é comparar os custos do ensino, as despesas com aposentadorias e pensões devem ser subtraídas do orçamento da USP,

uma vez que elas não são despesas educacionais e, nas instituições privadas, elas são feitas pelo INSS ou por fundos de aposentadoria e, portanto, não estão no orçamento da instituição. Um segundo aspecto diz respeito às despesas com pesquisa, feitas pela e na Universidade, que não devem ser incluídas como despesas com ensino uma vez que elas são, nas contas nacionais, incluídas nas despesas com ciência e tecnologia; incluí-las também como despesas com educação seria fazer uma dupla contabilidade. (Essas despesas com pesquisa em instituições de ensino foram estimadas com base em recomendações internacionais padronizadas, descritas no Manual de Frascati, documento comumente utilizado no Brasil como referência para cálculo dos investimentos em ciência e tecnologia, como, por exemplo, nos Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo em 2010, publicados pela Fapesp.)

Nas estimativas apresentadas a seguir, foram considerados os orçamentos das várias unidades, acrescidos das despesas não alocadas a unidades específicas (prefeituras dos campi, Reitoria etc.), que foram distribuídas pelas unidades na proporção do número de alunos. No caso de algumas unidades que oferecem cursos a estudantes de outras unidades em quantidade significativa, parte do orçamento foi atribuída àquelas unidades que recebem os cursos. Os orçamentos dos hospitais, dos museus, da Edusp e de alguns outros órgãos cujas atividades não são exclusivamente, ou, pelo menos, majoritariamente destinadas ao ensino, foram parcialmente distribuídos por todas as unidades na proporção das matrículas, ou, quando era o caso, apenas pelas unidades cujas atividades eram mais próximas às daqueles órgãos.

É possível analisar os custos por aluno dos vários cursos separando-os em três grupos: cursos cujas cargas horárias dos estudantes são grandes e os laboratórios bastante complexos, sendo Medicina o mais típico deles; cursos com cargas horárias intermediárias e com laboratórios relativamente complexos, como os das áreas de ciências básicas ou Engenharia; e cursos que não exigem laboratórios ou estes se resumem a sistemas de computação, como, por exemplo, Matemática ou os cursos de humanidades. As despesas por estudante foram calculadas considerando-se matrículas de graduação e de pós-graduação. Usando as informações do Anuário Estatístico da USP, pode-

mos estimar os custos mensais de um estudante em cada um desses três grupos. A valores atualizados para 2022, eles são da ordem de R\$ 6.000, R\$ 4.000 e R\$ 2.500, respectivamente. Esses valores estão abaixo dos valores das mensalidades dos cursos das mesmas áreas e com qualidade equivalente nas instituições privadas.

Caso as despesas com pesquisa, estimadas como sendo da ordem de 25% do orçamento total da Universidade, não tivessem sido excluídas, ainda assim o custo de uma matrícula na USP estaria abaixo da praticada pelo setor privado, sempre considerando cursos equivalentes.

Vale observar que esses valores estimados têm incertezas devidas a muitos fatores. Por exemplo, vários orçamentos, como do centro esportivo ou da assistência estudantil, foram distribuídos pelas unidades na proporção da quantidade de estudantes, apesar de o uso desses recursos poder variar entre estudantes das diferentes unidades, dos cursos noturno e diurno etc. Os custos dos diferentes cursos em cada um daqueles três grupos também variam, assim como o custo em um mesmo curso em campi diferentes. Essas variações são, em média, da ordem de 20% ou 30%. Entretanto, como o orçamento total é fixo, caso os valores para alguns cursos tenham sido subestimados, outros, necessariamente, estarão superestimados e, portanto, não deve haver um erro para menos ou para mais em todas as estimativas.

Essas estimativas estão de acordo com outras feitas ao longo das últimas duas décadas, algumas delas publicadas no Jornal da USP. Esse fato mostra que não houve mudanças na tendência geral, quer quanto ao valor dos investimentos por aluno, quer quanto à comparação entre os setores público e privado.

Situação similar ocorre na educação básica. Dadas as mesmas condições econômicas e sociais dos estudantes e considerando uma mesma região do País, estudantes das instituições privadas só apresentam um desempenho equivalente ao dos estudantes das escolas públicas quando seus orçamentos, por matrícula, são bem superiores aos orçamentos das escolas públicas. Essa afirmação tem como base análise dos microdados do Enem.

Como regra, embora possa haver exceções, o setor público oferece um atendimento aos estudantes melhor do que o oferecido pelo setor privado cujas instituições têm o mesmo orçamento por

pessoa matriculada. Como corolário dessa constatação, com a mesma quantidade de recursos por aluno, o setor público obtém melhor desempenho que o setor privado, tanto no ensino superior como na educação básica.

Não é apenas na educação que o setor público se mostra mais eficiente e obtém melhores resultados. Na área de saúde ocorre o mesmo: nenhum sistema privado de saúde conseguiria o desempenho do SUS com um orçamento equivalente, da ordem de R\$ 150 por mês e por pessoa, aí incluídas as despesas da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Além da questão meramente financeira, há muitos pontos positivos a favor do ensino público em comparação com o ensino privado. O setor público, por não cobrar mensalidades, não depende da capacidade da população para arcar com as despesas educacionais. Assim, ele pode oferecer o curso mais necessário em cada região, independentemente do poder aquisitivo da população local, coisa impossível no caso de instituições privadas. É comum, nas instituições públicas, o oferecimento, aos estudantes, de alimentação subsidiada, moradia e atendimento em saúde; a evasão tende a ser menor do que nas instituições privadas e o acesso aos professores, maior. As possibilidades de atividades culturais e esportivas são maiores nas instituições públicas.

Talvez haja alguns pouquíssimos casos em que seja mais favorável uma colaboração com entidades não governamentais para superar alguns problemas específicos e em alguns momentos. No entanto, como regra e na enorme maioria dos casos, a privatização da educação escolar, ainda que parcialmente, é uma péssima ideia e uma prática que deve ser repudiada. Por implicar piores desempenhos com a mesma quantidade de recursos, é muito ruim, especialmente em um país carente de ensino e de profissionais e com recursos financeiros também limitados.

Disponível em: <<https://jornal.usp.br>>. Acesso em 01 jul. 2023. [Adaptado]

Leia o período abaixo.

Um segundo aspecto diz respeito às despesas com pesquisa, feitas pela e na Universidade, que não devem ser incluídas como despesas com ensino uma vez que elas são, nas contas nacionais,



DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2024)

Consubstanciado no artigo 1º da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamentos, a

- (A) cidadania; autodenominação dos povos; não-intervenção; e defesa da paz.
- (B) soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e o pluralismo político.
- (C) soberania internacional; a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e a singularidade política.
- (D) soberania social; a cidadania; a igualdade; a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho, da saúde; e o pluralismo político.
- (E) soberania social; independência nacional; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais da mulher, da livre iniciativa; e o pluralismo político.

2. (2024)

A República Federativa do Brasil é em um Estado Democrático de Direito, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988.

No que diz respeito à democracia, analise os tópicos a seguir.

I. A Constituição dispõe de instrumentos de democracia participativa, tais como os conselhos, as ouvidorias e o orçamento participativo.

II. A democracia é exercida exclusivamente pelos representantes escolhidos pelo povo, seus legítimos mandatários.

III. A democracia brasileira tem como um de seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

IV. No Brasil há um exemplo de democracia direta, considerando que a Constituição prevê expressamente que o poder emana do povo.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

3. (2024)

Matheus, policial militar no Estado de São Paulo, participou de um curso, teórico e prático, de aperfeiçoamento em conjunto com forças de segurança pública de outros países da América do Sul, no âmbito do qual se discutiram, entre outras temáticas, os princípios que regem as relações internacionais dos países lá presentes.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil rege-se, em suas relações internacionais, pelo princípio da(do)

- (A) erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
- (B) construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (C) garantia do desenvolvimento nacional.
- (D) repúdio ao terrorismo e ao racismo.

4. (2025)

À luz dos direitos e garantias fundamentais previstas na Constituição Federal de 1988, analise as assertivas a seguir:

I Em casos de infrações disciplinares, a Polícia Penal está autorizada a submeter o preso a tratamento degradante.

II Não haverá, em hipótese alguma, pena de morte no Brasil.

III Serão asseguradas, às presidiárias, condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

IV A lei penal retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

V A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

Estão corretas, apenas

- (A) I, II e III
- (B) II, III e IV
- (C) II, III e V

- (D) II e IV
(E) III e V

5. (2024)

Um grupo de pessoas, com padrões axiológicos semelhantes, decidiu constituir uma associação visando à realização dos objetivos que têm em comum. Por se tratar de um grupo muito zeloso, requereu autorização ao órgão competente do Município Delta para criar a referida associação. O requerimento, no entanto, foi denegado.

À luz da Constituição da República, é **correto** afirmar que

- (A) a autorização sequer deveria ter sido requerida, já que dispensada pela ordem constitucional.
(B) a denegação do requerimento formulado somente será lícita se forem apresentados os respectivos motivos.
(C) somente se o órgão competente demonstrar a existência de interesse público será regular a denegação do requerimento.
(D) a autorização é ato administrativo discricionário, que pode ser, ou não, concedida, conforme o juízo de valor do órgão competente.
(E) tanto a autorização de criação como a dissolução compulsória da associação são atos vinculados do Município, caso sejam preenchidos os respectivos requisitos.

6. (2024)

No que concerne aos direitos e aos deveres individuais e coletivos, bem como aos direitos sociais, de nacionalidade e políticos, assinale a opção correta.

- (A) Ao tratar dos direitos políticos, a Constituição Federal de 1988 (CF) admite, apenas em caráter excepcional, candidaturas avulsas, isto é, de não filiados a algum partido político.
(B) O direito a não ser torturado é exemplo de direito fundamental de caráter absoluto.
(C) Em virtude da proteção constitucional à intimidade, nenhuma informação sobre a vida das pessoas pode ser divulgada sem o consentimento delas.

(D) Na determinação da nacionalidade dos brasileiros, a Constituição Federal de 1988 (CF) adota exclusivamente o critério territorial (jus soli).

(E) Devido à liberdade de crença, a Constituição Federal de 1988 (CF) não admite o proselitismo religioso.

7. (2024)

Segundo a Constituição Federal de 1988, o direito que pertence aos autores de forma exclusiva para utilização, publicação ou reprodução de suas obras, sendo um privilégio vitalício e ainda podendo ser transmitido aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar, denomina-se:

- (A) autoral
(B) proteção à criação
(C) de propriedade industrial
(D) de propriedade de marcas

8. (2024)

Os direitos coletivos são direitos fundamentais titularizados e exercidos por pessoas coletivamente consideradas entre si, com determinabilidade de seus membros ou não.

Diante do exposto, é correto afirmar que são direitos fundamentais coletivos o direito

- (A) à vida e à nacionalidade.
(B) à honra e à imagem.
(C) à propriedade e à intimidade.
(D) à liberdade e à igualdade.
(E) ao meio ambiente e ao consumidor.

9. (2024)

Determinada guarnição da Polícia Militar de São Paulo capturou, em flagrante, Caio, acusado de praticar o crime de racismo, encaminhando-o, na sequência, à Delegacia de Polícia.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a autoridade policial

- (A) não poderá arbitrar fiança em benefício de Caio, pois o crime de racismo, além de imprescritível e sujeito à pena de reclusão, tem natureza inafiançável.
(B) não poderá arbitrar fiança em benefício de Caio, pois o crime de racismo, embora prescritível e sujeito à pena de detenção, tem natureza inafiançável.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2024)

João, agente público, editou uma instrução, contendo diversas diretrizes que devem ser observadas durante a atuação dos servidores públicos que lhe são subordinados. Nesse contexto, em observância à instrução que fora confeccionada, Matheus emitiu, a pedido de um particular, um atestado, declarando a existência de um determinado fato.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante sobre as espécies de atos administrativos, é **correto** afirmar que

- (A) a instrução editada por João se caracteriza como um ato administrativo enunciativo. Por sua vez, o atestado emitido por Matheus é um ato administrativo ordinatório.
- (B) a instrução editada por João se caracteriza como um ato administrativo ordinatório. Por sua vez, o atestado emitido por Matheus é um ato administrativo enunciativo.
- (C) a instrução editada por João se caracteriza como um ato administrativo normativo. Por sua vez, o atestado emitido por Matheus é um ato administrativo ordinatório.
- (D) a instrução editada por João e o atestado emitido por Matheus se caracterizam como atos administrativos enunciativos.
- (E) a instrução editada por João e o atestado emitido por Matheus se caracterizam como atos administrativos ordinatórios.

2. (2024)

Considere que Luísa é servidora pública no âmbito do Poder Executivo do Município X e no dia 1o de fevereiro de 2024 ela emitiu um ato administrativo concedendo vinte diárias e férias a Júlia, servidora pública. Ocorre que 15 dias depois da publicação do ato, Luísa verificou que Júlia apenas teria direito às férias, tendo, em seguida, emitido um novo ato retirando a concessão das diárias e confirmando as férias.

Com base na situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) Luísa não atuou em conformidade com o ordenamento jurídico, pois quando o ato administrativo padece de vícios de forma ele deverá ser revogado em sua integralidade.
- (B) a conduta de Luísa, ao emitir o segundo ato administrativo, está correta, na medida em que se admite a convalidação na forma de reforma, suprimindo a parte inválida e mantendo apenas a válida.
- (C) Luísa agiu corretamente, pois admite-se a convalidação do ato administrativo com vícios sanáveis, tendo o ato que convalida efeitos ex nunc.
- (D) a conduta de Luísa vai ao encontro do disposto no ordenamento jurídico, pois, na verdade, o primeiro ato administrativo caducou.
- (E) Luísa não agiu corretamente, na medida em que somente o seu superior hierárquico poderia se valer da convalidação do ato administrativo e desde que não passados quarenta e oito horas da publicação do primeiro ato administrativo.

3. (2024)

Considerando o tema Poder de Polícia, analise as assertivas abaixo:

I. O Poder de Polícia é prerrogativa exclusiva das autoridades policiais, sendo sua aplicação restrita à segurança pública.

II. O Poder de Polícia é uma prerrogativa do Estado que limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

III. A discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade são atributos do Poder de Polícia.

IV. O exercício do Poder de Polícia visa a repressão de condutas ilícitas, não incluindo a prevenção de danos ao interesse coletivo.

V. Todos os ciclos do Poder de Polícia podem ser delegados.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A assertiva III está correta e as assertivas I, II, IV e V estão incorretas.
- (B) As assertivas II e III estão corretas e as assertivas I, IV e V estão incorretas.
- (C) As assertivas IV e V estão corretas e as assertivas I, II e III estão incorretas.
- (D) As assertivas I, II e III estão corretas e as assertivas IV e V estão incorretas.
- (E) A assertiva IV está correta e as assertivas I, II, III e V estão incorretas.

4. (2024)

Acerca da Administração Pública, julgue as frases abaixo.

I. A Administração Pública compreende os órgãos da administração direta (autarquias e fundações) e as entidades da administração indireta (estrutura central de governo e sociedades de economia mista).

II. A Administração Pública refere-se ao conjunto de órgãos, entidades e agentes que exercem as atividades estatais com o objetivo de atender aos interesses coletivos e garantir o bem-estar da sociedade.

III. Um dos elementos fundamentais da Administração Pública é a divisão em esferas: federal, estadual e municipal.

Está(ão) **CORRETA(S)** a(s) seguinte(s) proposição(ões).

- (A) Apenas, III;
- (B) Apenas, I e III;
- (C) Apenas, II e III;
- (D) Apenas, II;
- (E) Apenas, I.

5. (2024)

Acerca do Decreto nº 11.624/2023, que trata da aprovação da Estrutura Regimental e do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Pesca e Aquicultura, no que concerne às competências dos órgãos, pode-se afirmar que é de competência do Gabinete:

- (A) assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social e ocupar-se das relações públicas e do preparo, despacho e controle de seu expediente.
- (B) prestar orientação técnica ao Secretário-Executivo, aos gestores do Ministério e aos representantes indicados pelo Ministro de Estado em conselhos e em comitês, nas áreas de controle, gestão de riscos, transparência e integridade da gestão.
- (C) fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser seguida uniformemente na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União.
- (D) articular e promover as relações políticas do Ministério com os diferentes segmentos da sociedade civil, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República.
- (E) acompanhar a implementação das recomendações da Controladoria-Geral da União e das deliberações do Tribunal de Contas da União relacionadas ao Ministério, e atender a outras demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado.

6. (2024)

Pedro, analista da Comissão de Valores Mobiliários, no exercício da função, praticou ato ilícito que, com o comprovado nexos causal, resultou em danos morais e materiais ao administrado Antônio, sem a incidência de quaisquer causas de excludente de responsabilidade civil.

No caso em tela, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, Pedro deve direcionar ação indenizatória em face de(a):

- (A) Antônio, agente público responsável pelo ato ilícito, diretamente, com base em sua responsabilidade civil objetiva, em que não há necessidade de se comprovar culpa ou dolo do agente;

DIREITO PENAL

1. (2024)

A Lei no 13.431, de 4 de abril de 2017, estabelece o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e, nesse contexto, regulamenta a escuta especializada e o depoimento especial, nos seguintes termos:

(A) o depoimento especial da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência reger-se-á por protocolos e seguirá obrigatoriamente o rito cautelar de antecipação de prova: I – quando se tratar de criança (até doze anos de idade incompletos) e II – em caso de violência sexual, independentemente da idade.

(B) a escuta especializada e o depoimento especial são procedimentos aplicados para oitiva da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência, sendo a escuta especializada realizada perante a autoridade policial, na Delegacia de Polícia, e o depoimento especial realizado pela autoridade judiciária, em juízo.

(C) em nenhuma hipótese será admitida a tomada de novo depoimento especial, sob pena de caracterização de violência institucional.

(D) constitui crime, apenado com reclusão, violar sigilo processual, permitindo que depoimento de criança ou adolescente seja assistido por pessoa estranha ao processo, sem autorização judicial e sem o consentimento do depoente ou de seu representante legal.

2. (2024)

O princípio da irretroatividade da lei penal brasileira é uma das garantias jurídicas fundamentais do nosso ordenamento jurídico. Considerando o exposto, pode-se atestar que tal princípio estabelece que as leis penais brasileiras:

(A) não devem retroagir, ou seja, elas não podem ser aplicadas a fatos ocorridos antes da sua vigência, a menos que o juiz do caso entenda que sim. Isso chamamos de princípio da irretroatividade mitigada, decorrente do princípio da segurança jurídica, o qual estabelece que as leis devem ser claras e previsíveis, de modo a

garantir a estabilidade das relações jurídicas e a proteção dos direitos dos cidadãos. Assim, a aplicação de uma lei penal a fatos ocorridos no passado violaria o direito à segurança jurídica, uma vez que os indivíduos não teriam como prever as consequências de seus atos.

(B) sempre podem retroagir, ou seja, elas podem ser aplicadas a fatos ocorridos, desde que o fato seja grave e cause danos substanciais às vítimas, mesmo antes da vigência da lei. O princípio da irretroatividade é decorrente do princípio da segurança jurídica, o qual estabelece que as leis devem ser claras e previsíveis, de modo a garantir a estabilidade das relações jurídicas e a proteção dos direitos dos cidadãos. Assim, a aplicação de uma lei penal a fatos ocorridos no passado violaria o direito à segurança jurídica, exceto nos casos mais graves, uma vez que os indivíduos sempre podem prever as consequências de seus atos.

(C) podem retroagir, ou seja, elas podem ser aplicadas a fatos ocorridos antes da sua vigência. O princípio da irretroatividade é decorrente do princípio da insegurança jurídica, o qual estabelece que as leis devem ser claras e previsíveis, de modo a garantir a estabilidade das relações jurídicas e a proteção dos direitos dos cidadãos. Assim, a aplicação de uma lei penal a fatos ocorridos no passado garantiria o direito à segurança jurídica, uma vez que os indivíduos teriam como prever as consequências de seus atos.

(D) não podem retroagir, ou seja, elas não podem ser aplicadas a fatos ocorridos antes da sua vigência. O princípio da irretroatividade é decorrente do princípio da segurança jurídica, o qual estabelece que as leis devem ser claras e previsíveis, de modo a garantir a estabilidade das relações jurídicas e a proteção dos direitos dos cidadãos. Assim, a aplicação de uma lei penal a fatos ocorridos no passado violaria o direito à segurança jurídica, uma vez que os indivíduos não teriam como prever as consequências de seus atos.

(E) não podem retroagir, ou seja, elas não podem ser aplicadas a fatos ocorridos antes da sua vigência, a menos que sejam declaradas ultrativas. O princípio da irretroatividade é decorrente do princípio da segurança jurídica, o qual estabelece que as leis devem ser claras e previsíveis, de modo a garantir a estabilidade das relações jurídicas e a proteção dos direitos dos cidadãos. Assim, a aplicação de uma lei penal a fatos ocorridos no passado violaria o direito à segurança jurídica, uma vez que os indivíduos não teriam como prever as consequências de seus atos.

3. (2024)

Ao se dispor, no art. 1º do Código Penal, que “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”, está se tratando dos princípios:

- (A) Do devido processo legal e da adequação.
- (B) Da supremacia penal e da instrumentalidade restrita.
- (C) Da reserva legal e da anterioridade da lei.
- (D) Da previsão e da imputabilidade.
- (E) Do tempo e da forma processual.

4. (2024)

Larissa é brasileira e cometeu um crime de lesão corporal grave enquanto fazia turismo na Tailândia. Sobre o tema e de acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Larissa só poderá ser julgada pela lei tailandesa, porque o lugar do crime não foi em território brasileiro.
- (B) Larissa poderá ser processada pela lei brasileira se, dentre outras condições, tiver retornado ao território brasileiro e não tiver sido absolvida perante a lei tailandesa.
- (C) Larissa poderá ser processada pela lei brasileira contanto que haja requisição de tal expediente pelo Ministro da Justiça.
- (D) Larissa poderá ser processada pela lei brasileira ainda que tenha sido julgada e absolvida pela lei tailandesa.
- (E) Larissa poderá ser julgada pela lei brasileira contanto que fique provado que o crime foi cometido em aeronave ou embarcação brasileira.

5. (2025)

Sobre conduta punível:

- (A) O agente que comete o crime de roubo e que restitui a coisa antes do recebimento da denúncia, caso não tenha a vítima sido ferida e sendo de pequeno valor o objeto material da subtração, terá sua pena reduzida de um a dois terços.
- (B) Pela teoria da imputação objetiva, na qual o nexo de causalidade é relativizado, o agente que vende arma de fogo, de forma legal, pode ser responsabilizado criminalmente por homicídio posterior praticado com o objeto adquirido, caso se comprove que sabia da intenção homicida do comprador, visto que assumiu um risco juridicamente relevante ao vender o artefato, por saber da pretensão ilegal do adquirente.
- (C) Nos crimes por omissão impróprios, a responsabilização pela conduta omissiva penalmente relevante é afastada quando o omissor tem o dever de cuidado, mas sua conduta é culposa.
- (D) Na análise da relação de causalidade entre a conduta e o resultado, havendo superveniência de causa relativamente independente que por si só produziu o resultado, exclui-se a imputação, mas o agente responde pelos fatos anteriores praticados.
- (E) Os crimes omissivos próprios permitem o fracionamento da conduta e admitem a tentativa.

6. (2024)

De acordo com a vigente legislação penal, no que diz respeito à desistência voluntária, é correto afirmar que

- (A) O agente responde apenas por culpa quanto aos atos já praticados, se prevista em lei tal hipótese.
- (B) O agente empreende apenas os atos da fase de preparação e desiste antes de ingressar na fase da execução do crime.
- (C) O agente desiste de prosseguir na execução do crime por sua própria deliberação, mesmo que não espontânea.
- (D) O agente não prossegue além da fase de exaurimento da conduta criminosa.
- (E) O agente empreende todos os atos da fase de consumação do crime, mas impede a produção do resultado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (2025)

Considere as assertivas abaixo sobre princípios processuais.

I.O Acesso à Justiça Penal abrange a incidência de outros princípios, que integram a face de um processo penal democrático, dentre os quais, destacam-se os princípios da jurisdicionalidade, da garantia do princípio acusatório, presunção de inocência, contraditório e ampla defesa e da motivação das decisões judiciais.

II.O princípio da verdade real ou processual é o objetivo fundamental do processo penal, permitindo a descoberta acerca da veracidade do fato praticado, através da instrução probatória. Este princípio permite ao juiz buscar provas, atividade concernente ao poder instrutório do magistrado.

III.A implementação gradual do princípio da paridade de armas consagra o tratamento isonômico das partes no transcurso do processo penal (CF, art. 5º, caput), nivelando processualmente o Ministério Público e a Defensoria Pública, e fazendo com que, paulatinamente, se mitigue o princípio do favor rei.

IV.O Princípio do Defensor Natural, que guarda similitude aos princípios do Juiz Natural e do Promotor Natural, veda que o Defensor Público seja afastado de casos em que, por critérios legais predeterminados, deveria officiar. O Princípio do Defensor Natural apresenta dupla garantia, uma vez que se dirige tanto aos membros da Defensoria Pública, como para os assistidos da instituição.

Esta **correto** o que se afirma APENAS em:

- (A) I e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

2. (2024)

O par conditio, paridade de armas, se refere à igualdade de oportunidades no processo e pode ser definido como subprincípio do

- (A) princípio do contraditório.
- (B) princípio da ampla defesa.

(C) princípio da instrumentalidade.

(D) princípio do duplo grau de jurisdição.

(E) princípio da busca da verdade.

3. (2024)

Em relação aos atributos dos sistemas processuais penais, analise as seguintes afirmativas, assinalando a alternativa a **correta**.

(A) O sistema inquisitivo implica na obrigatoriedade de haver um órgão público encarregado pela acusação, que também pode ser feita pelo próprio ofendido, excepcionalmente.

(B) A gestão da prova nas mãos do juiz, que também pode desencadear o processo ex officio, é característica própria do sistema acusatório.

(C) O sistema misto caracteriza-se pela existência de duas fases distintas, com prevalência do contraditório e ampla publicidade em ambas.

(D) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), da qual o Brasil é signatário, adota o sistema acusatório, descrevendo expressamente as suas características.

(E) No sistema acusatório, o acusado não pode ser considerado sujeito de direito, mas mero objeto do processo.

4. (2024)

Os princípios do Direito Processual Penal visam garantir um processo justo e equilibrado, assegurando os direitos fundamentais das partes envolvidas. Esses princípios incluem o Devido Processo Legal, a Presunção de Inocência e o Contraditório, entre outros. Assim, avalie as proposições:

I.O princípio da Presunção de Inocência assegura que o acusado seja considerado inocente até que se prove sua culpa, cabendo à acusação o ônus de apresentar provas suficientes que demonstrem a responsabilidade do réu.

II.O princípio do Duplo Grau de Jurisdição garante que a sentença penal de primeira instância só possa ser revisada quando houver nova prova produzida pela defesa.

III.O princípio do Nemo tenetur se detegere assegura que o réu não é obrigado a produzir provas contra si mesmo e pode se recusar a responder perguntas que possam incriminá-lo.

Assinale a alternativa **correta**:

- (A)Apenas a proposição II está **correta**.
- (B)Apenas as proposições II e III estão **corretas**.
- (C)Apenas a proposição III está **correta**.
- (D)Apenas as proposições I e III estão **corretas**.

5. (2024)

Sobre a lei processual no tempo,

- (A)a lei processual penal segue, via de regra, o princípio do tempus regit actum.
- (B)a lei processual penal segue, via de regra, o princípio da retroatividade benéfica.
- (C)o prazo já iniciado, inclusive o estabelecido para a interposição de recurso, será regulado pela lei nova.
- (D)todos os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, interrompendo-se por férias, domingo ou dia de feriado.
- (E)computar-se-á no prazo o dia do começo, excluindo-se, porém, o dia do vencimento.

6. (2025)

João, agindo com dolo, efetuou disparos de arma de fogo em Bruno, seu desafeto, o qual, imediatamente, faleceu, ensejando forte repercussão social na municipalidade.

Assim que tiver conhecimento da infração penal, a autoridade policial pode, com base no Código de Processo Penal, assumir os procedimentos a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A)Deverá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades, se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicados pela pessoa presa.
- (B)Deverá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e a conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- (C)Deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos investigadores de polícia.
- (D)Deverá determinar, se for o caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quais-

quer outras perícias.

(E)Deverá colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.

7. (2024)

Demétrio é investigado e indiciado pela prática do crime de receptação qualificada. Demétrio comparece à delegacia com a sua defesa técnica e explica que gostaria de prestar esclarecimentos acerca dos fatos por considerar que a investigação é totalmente improcedente. O delegado de polícia, porém, conclui o inquérito sem ouvir as declarações do imputado por considerá-las irrelevantes; pois, segundo ele, além de dispor de todo o acervo probatório sobre a materialidade delitiva, e para não causar atropelo à persecução penal, o investigado poderia fazer uso do direito ao silêncio.

Em relação à situação-problema hipotética, considerando as disposições do Código de Processo Penal, da Constituição da República, e da Jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Embora não exista propriamente uma dialética na fase da persecução criminal, as declarações do imputado, quando deseja prestá-las, em sede policial, não poderão ser interpretadas como tumulto ou retardamento às investigações, pois elas podem esclarecer fatos, circunstâncias, e podem evitar a inobservância das normas constitucionais e legais na fase pré-processual.

() No curso do inquérito policial, conforme a disciplina do Código de Processo Penal, o imputado deve ser ouvido e não interrogado. Todavia, as declarações prestadas pelo investigado devem ser regidas pelas normas processuais relacionadas ao interrogatório judicial.

() Em âmbito judicial, formada a sua convicção acerca da autoria do crime, a dispensa do interrogatório do acusado, por parte do juiz, não deve conduzir à nulidade processual, se existirem outros meios probatórios disponíveis para a formação da verdade real.

() No modelo acusatório, o interrogatório do acusado, para além de ser um ato personalíssimo e defensivo, é ato tipicamente judicial; entretanto, em sede policial, considerando o interrogatório como

DIREITOS HUMANOS

1. (2025)

Sobre as características dos direitos humanos, considere as seguintes afirmações:

IA indivisibilidade refere-se à ideia de que todos os direitos humanos possuem a mesma proteção jurídica e são interdependentes, sem hierarquia entre eles.

IIA universalidade dos direitos humanos indica que esses direitos são aplicáveis a todas as pessoas, independentemente de sua cultura ou nacionalidade.

IIIA indisponibilidade, ou irrenunciabilidade, refere-se à impossibilidade de um titular abrir mão dos seus direitos humanos, em qualquer hipótese.

IVA imprescritibilidade refere-se ao fato de que os direitos humanos não podem ser vendidos ou transferidos.

Estão corretas:

- (A) apenas I
- (B) apenas I e II
- (C) apenas II e III
- (D) apenas IV
- (E) todas

2. (2024)

O conceito de interseccionalidade é importante para refletir sobre a efetividade de políticas públicas, a fim de promover os direitos humanos em favor de pessoas em maior situação de vulnerabilidade.

Sob esta perspectiva, assinale a afirmativa correta.

- (A) O termo interseccionalidade é um conceito, que aponta a necessidade de maior proteção dos homens brancos, que acabam sendo vítimas dos defensores da pauta identitária.
- (B) A interseccionalidade considera que raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são interrelacionadas e moldam-se mutuamente.
- (C) No que se refere a violência de gênero, as pesquisas demonstram que as mulheres são vítimas indistintamente, uma vez que sua situa-

ção de classe e raça não interfere.

(D) A interseccionalidade demonstra a necessidade de um olhar atento a igualdade entre homens e mulheres, que experimentam as mesmas violações caso sejam da mesma classe social.

(E) É um conceito equívoco, tendo em vista a necessidade de observância do princípio da igualdade na promoção dos direitos humanos, que deve ser garantido a todos sem distinção.

3. (2024)

Sobre a característica da universalidade dos Direitos Humanos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os Direitos Humanos são destinados a todos os seres humanos, que estejam em situação regular no país de residência.
- (B) A realidade cultural de um país é argumento suficiente para afastar a aplicabilidade de um direito humano, tendo em vista a prevalência da soberania nacional.
- (C) O reconhecimento da multiculturalidade demanda um esforço de análise do caso concreto para se compatibilizar um direito humano em descompasso com a cultura daquele país.
- (D) A universalidade é um conceito amplo, que afirma em âmbito universal que um determinado direito deve ser reconhecido por todos os países.
- (E) Os Direitos Humanos têm validade em todos os lugares do planeta, alcançada por uma nova perspectiva comunitária, com a elaboração de documentos internacionais de proteção destes direitos.

4. (2024)

Define-se como a faculdade de formular juízos e ideias sobre si mesmo e a respeito do meio externo – não podendo, assim, o Estado interferir nessa esfera íntima dos indivíduos para impor-lhes concepções filosóficas, políticas, sociológicas, socioeconômicas, religiosas ou jurídicas – o direito à

- (A) à greve.
- (B) reunião e associação.

- (C) liberdade de locomoção.
- (D) liberdade de consciência.
- (E) liberdade de expressão artística.

5. (2024)

Estudos apontam que, a partir de uma reflexão sobre a dimensão da dinâmica histórica do Sistema de Garantia de Direitos, tendo por referência os processos permanentes de mudança que incidem sobre as relações de sociedade, pode se perceber que são muitos os espaços que precisam ser engajados para a garantia de direitos.

Dessa forma, o sistema de garantia de direitos teria que contemplar, na sua configuração, cinco eixos. Um desses eixos objetiva preparar a sociedade como um todo para vivenciar a cidadania e, especificamente, discutir, contextualizar, em uma perspectiva crítica, a garantia desses direitos. Trata-se do eixo

- (A) da instituição do direito
- (B) da defesa do direito
- (C) da promoção do direito
- (D) do controle do direito
- (E) da disseminação do direito

6. (2024)

Os direitos humanos nem sempre existiram e nem foram consolidados todos ao mesmo tempo. Isso quer dizer que eles foram, aos poucos, sendo reconhecidos e consolidados em diversos momentos da história, e é possível que novos direitos possam nascer, ser identificados e consolidados. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seus artigos, concentra-se nos princípios de proteção às pessoas. Em relação a esses princípios, assinale a afirmação verdadeira.

- (A) O princípio da inalienabilidade diz que os direitos são objetos e podem ser transferidos de uma pessoa para outra, ou seja, a dignidade da pessoa humana pode ser vendida.
- (B) O princípio da indivisibilidade estabelece que qualquer direito humano pode ser plenamente realizado independentemente dos demais.
- (C) O princípio da interdependência assegura que os direitos são autônomos, mas dependem uns dos outros para serem colocados na prática plenamente; são vinculados uns aos outros como um bloco de tijolos que se completam.
- (D) O princípio da universalidade apresenta os direitos humanos como não universais, ou seja,

pertencem a um grupo restrito de seres humanos que vivem no planeta Terra.

7. (2024)

Os direitos humanos são fundamentais para a promoção e exercício da cidadania, pois eles objetivam

- (A) garantir um ambiente estável e seguro aos grupos sociais mais favorecidos.
- (B) obrigar todos os seres humanos a cumprirem as leis estabelecidas.
- (C) assegurar o direito à vida, à liberdade, ao trabalho e à educação, sem discriminação.
- (D) proporcionar proteção do Estado para aqueles que cometeram crimes.

8. (2024)

Considerando a evolução histórica dos direitos humanos, assinale a afirmação verdadeira.

- (A) Os direitos humanos, em sua concepção atual, apresentaram-se já no século XVIII, com a Declaração de Direitos do Bom Povo de Virgínia, de 1776, e a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, na França em 1789.
- (B) Os direitos humanos surgiram na Idade Média, considerando a maneira como as pessoas com deficiência eram tratadas, priorizando a dignidade humana.
- (C) Existem declarações inglesas da Idade Média, em uma sociedade feudal, que tinham como interesse garantir os direitos e a dignidade dos trabalhadores do feudo.
- (D) Os direitos humanos de segunda geração surgiram após a Segunda Guerra Mundial.

9. (2024)

A alternativa que corresponde apenas a direitos fundamentais de segunda geração é:

- (A) direito à propriedade e à liberdade religiosa;
- (B) direito à vida e à saúde;
- (C) direito à segurança pública e ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado;
- (D) direito à educação e à moradia;
- (E) direito à igualdade e à participação democrática.

INFORMÁTICA

1. (2025)

Um servidor público está avaliando a possibilidade de compra de um dispositivo de armazenamento. Para isso, está estudando as características do SSD (unidade de estado sólido) em contraposição ao HD (disco rígido). Assinale a alternativa que apresenta uma característica do SSD.

- (A) Maior consumo de energia.
- (B) Utilizam discos magnéticos e cabeçotes móveis.
- (C) Apresenta partes mecânicas mais frágeis.
- (D) Menor tempo médio de acesso aos dados.
- (E) Preço de mercado habitualmente mais barato.

2. (2024)

Levando em conta as divergências funcionais entre o disco rígido e a memória RAM (Random Access Memory) em um computador, qual das opções abaixo não evidenciam adequadamente tais diferenças?

- (A) O disco rígido armazena os dados de forma permanente enquanto a RAM armazena temporariamente os dados que estão sendo usados ativamente pelo sistema.
- (B) O acesso aos dados no HD é mais lento quando em comparação com a RAM.
- (C) O disco rígido normalmente oferece uma capacidade de armazenamento muito superior em relação à memória RAM.
- (D) Um disco rígido com mais espaço de armazenamento não necessariamente reflete em um aumento considerável na velocidade de reprodução dos dados, por outro lado, uma quantidade maior de RAM disponível melhora consideravelmente a performance do computador.
- (E) O disco rígido armazena os softwares do computador, enquanto a RAM armazena somente o sistema operacional.

3. (2024)

Um computador é formado por vários componentes e periféricos. Um desses componentes é memória RAM, que tem como função:

- (A) É a memória de acesso rápido que armazena de forma temporária informações que precisam ser acessadas de maneira rápida pelo sistema operacional.
- (B) É uma memória tipo permanente de armazenamento usado pelo computador para que dados importantes não mudem.
- (C) É uma memória virtual usada para armazenar temporariamente dados.
- (D) É o cérebro da máquina, responsável por armazenar e processar informações com velocidade.
- (E) É uma memória responsável por estabelecer a comunicação básica quando o computador é iniciado.

4. (2024)

Analise as informações a seguir:

I. Memória de um computador é todo componente capaz de armazenar informações. Memórias voláteis são aquelas que guardam todas as informações, mesmo quando não estiverem a receber alimentação, constituem exemplos as memórias Rom e Flash, bem como os dispositivos de armazenamento em massa, disco rígido, CDs e DVDs.

II. Memória RAM de um computador é um dispositivo de armazenamento que pode conter instruções para dizer ao computador o que fazer, ou que podem conter também dados que o computador precisa para realizar uma instrução. Quando um usuário abre o programa, suas instruções e dados são jogados na memória RAM.

Marque a alternativa CORRETA:

- (A) As duas afirmativas são verdadeiras.
- (B) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- (C) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- (D) As duas afirmativas são falsas.

5. (2025)

Assinale a alternativa que apresenta um exemplo de dispositivo de saída utilizado para produzir uma cópia física de um arquivo digital.

- (A) Monitor.
- (B) Impressora.
- (C) Retroprojetor.
- (D) Teclado.
- (E) Scanner.

6. (2024)

Periféricos de computadores desempenham papéis importantes na funcionalidade e na experiência de uso dos dispositivos. Assinale a alternativa que apresenta a descrição mais adequada para o periférico conhecido como Webcam.

- (A) Oferece uma interface de apontamento para controlar o cursor na tela.
- (B) Exibe informações visuais, incluindo texto, imagens e vídeo, permitindo que os usuários vejam o que está acontecendo no computador.
- (C) Permite a saída de documentos impressos a partir de arquivos digitais.
- (D) Digitaliza documentos ou imagens em formato digital para armazenamento ou impressão.
- (E) Captura vídeo e áudio para videoconferências, streaming ou comunicação visual.

7. (2024)

Assinale a alternativa que corresponde a um dispositivo periférico básico de um computador:

- (A) Scanner.
- (B) Impressora.
- (C) Teclado.
- (D) Microfone

8. (2024)

Os teclados dos computadores utilizados no Brasil são configurados seguindo o padrão ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Algumas teclas do teclado podem assumir funções específicas de acordo com o programa empregado. Considere as funções de algumas teclas do teclado do computador e relacione adequadamente às suas respectivas características.

- 1 - *Caps Lock* ou *Fixa*.
- 2 - *Esc*.
- 3 - *Delete* ou *Del*.
- 4 - *Alt*.

5 - Num Lock.

() Ativa e desativa o teclado numérico do lado direito em teclados normalmente usados em desktops.

() Ativa e desativa o modo de letras maiúsculas.

() Apaga caracteres à direita do cursor, puxando os caracteres seguintes uma posição à esquerda. Além disso, exclui arquivos, pastas e textos selecionados, dentre outras funcionalidades.

() Cancela uma operação em curso.

() Em conjunto com a tecla Tab alterna entre janelas ativas. Também aciona os menus disponíveis nas barras de menus.

A sequência está correta em

- (A) 1, 2, 4, 3, 5.
- (B) 2, 4, 5, 1, 3.
- (C) 3, 5, 1, 4, 2.
- (D) 5, 1, 3, 2, 4.

9. (2024)

Indique se cada uma das seguintes afirmativas é verdadeira (V) ou falsa (F) em relação à organização e gerenciamento de arquivos, pastas e programas, e instalação de periféricos.

() A organização de arquivos em pastas e subpastas não influencia diretamente o desempenho do sistema operacional, apenas a usabilidade e a capacidade de recuperação de informações.

() A desfragmentação regular do disco rígido é desnecessária em sistemas operacionais que utilizam SSD (Solid State Drive) como unidade de armazenamento principal.

() Drivers de periféricos podem ser instalados automaticamente pelo sistema operacional, mas a instalação manual é necessária quando o dispositivo é muito antigo ou não é reconhecido automaticamente.

() É seguro desinstalar programas padrão do sistema operacional para liberar espaço de armazenamento, desde que não sejam aplicativos essenciais para o funcionamento do sistema.

A sequência correta é:

- (A) V - V - V - F,
- (B) V - F - V - F.
- (C) F - V - F - V.
- (D) F - V - V - F

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (2024)

A média de idade de um setor com nove funcionários é de 24 anos. Três novos funcionários foram contratados e eles têm 32, 26 e 20 anos. A nova média de idade do grupo de funcionários desse setor é de quantos anos?

- (A) 24.
- (B) 24,5.
- (C) 25.
- (D) 25,5.
- (E) 26.

2. (2024)

A nota de cinco alunos numa determinada prova foi 5,5; 6,8; 7,0; 8,2; 9,5.

A média aritmética simples das notas desses alunos é:

- (A) 7,0.
- (B) 7,1.
- (C) 7,2.
- (D) 7,3.
- (E) 7,4.

3. (2024)

Observe o seguinte conjunto de dados, em seguida, assinale a média aritmética desses dados.

X: (8; 16; 4; 32; 51; 28; 10; 8; 13; 1)

- (A) 17,10
- (B) 20,80
- (C) 15,20
- (D) 21,40

4. (2024)

No livro Educação Matemática: da teoria à prática, Ubiratan D'Ambrosio apresenta o seguinte exemplo de projeto para sala de aula:

“(...) um estudo comparativo de alturas e tamanhos de pé numa classe. Será que quem é mais alto tem pé maior? Correlacionar dimensões é muito importante. E a questão chave é: poderia existir alguma constante para a razão entre a altura de um aluno e o tamanho do seu pé, como existe a razão π entre o comprimento da circunferência e seu diâmetro?” (Adaptado)

Inspirado nessa sugestão, um professor fez o seguinte levantamento de dados, com 32 alunos de uma sala de aula:

Número P de alunos	Altura H do aluno (em cm)	Tamanho do pé (numeração N do calçado)	$\frac{H}{N}$ (aproximação com 4 casas decimais)	$\frac{P \cdot H}{N}$
2	162	36	4,5000	9,0000
5	163	36	4,5278	22,6390
12	164	38	4,3158	51,7896
8	165	39	4,2308	33,8464
4	168	40	4,2000	16,8000
1	171	42	4,0714	4,0714
Total	32	993	231	25,8458

Considerando que o cálculo da constante sugerida na pergunta de D'Ambrosio possa ser feito pela média das razões obtidas para esses 32 alunos, tal valor será,

N

aproximadamente,

- (A) 4,299.
- (B) 4,308.
- (C) 4,317.
- (D) 4,321.
- (E) 4,327.

5. (2024)

Gustavo é velocista e em um treino para 100 metros rasos e fez duas vezes o tempo de 9.63 segundos, três vezes o tempo de 9.75 segundos, quatro vezes o tempo de 9.79 segundos e uma vez o tempo de 9.69 segundos. Qual foi seu tempo médio neste treino?

- (A) Seu tempo médio foi de 9.495 segundos.
- (B) Seu tempo médio foi de 9.238 segundos.
- (C) Seu tempo médio foi de 9.355 segundos.
- (D) Seu tempo médio foi de 9.852 segundos.
- (E) Seu tempo médio foi de 9.736 segundos.

6. (2024)

Em um concurso, a nota final é calculada através da média ponderada das notas obtidas nas três provas.

- A primeira prova tem peso 3,
- „a segunda tem peso 4 e
- „a terceira tem peso 5.

Um candidato obteve 8,5 na primeira prova, 7 na segunda prova e média final igual a 8. Logo, a nota obtida pelo candidato da terceira prova foi:

- (A) Maior que 8,8.
- (B) Maior que 8,6 e menor que 8,8.
- (C) Maior que 8,4 e menor que 8,6.
- (D) Maior que 8,2 e menor que 8,4.
- (E) Menor que 8,2.

7. (2024)

Um investidor aplicou seu dinheiro em três fundos diferentes: R\$15.000,00 em um fundo com rendimento de 2% ao mês, R\$10.000,00 em um fundo com rendimento de 3% ao mês e R\$25.000,00 em um fundo com rendimento de 4% ao mês. O rendimento médio ponderado mensal dessas aplicações é:

- (A) 3,5%.
- (B) 4,0%.
- (C) 2,8%.
- (D) 3,2%.

8. (2024)

É uma medida de tendência central que representa o valor que ocorre com maior frequência em um conjunto de dados. Em outras palavras, é o valor que é mais comum ou mais frequentemente observado.

Marque a alternativa que corresponda à definição acima.

- (A) amplitude;
- (B) moda;
- (C) média;
- (D) mediana;
- (E) variância.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1. (2021)

A Lei Complementar 114, de 19 de dezembro de 2005, refere-se à lei que rege a estrutura orgânica da Polícia Civil, à qual se encontra subordinada a Coordenadoria-Geral de Perícias e seus servidores.

Assinale a alternativa correta sobre essa organização institucional.

(A) As funções do Policial Civil estão submetidas aos seguintes preceitos: preservar a ordem, repelindo a violência e fazendo observar as

leis; respeitar a pessoa humana, garantindo a integridade física e moral da população; e principalmente realizar o policiamento ostensivo, com previsão de imposição de multas aos infratores de trânsito.

(B) Incumbem à Polícia Civil, instituição permanente do Poder Público Estadual, essencial à defesa do Estado e do povo, com exclusividade as funções de polícia judiciária, com o objetivo de investigação e apuração, no território nacional das infrações penais e militares próprias, cabendo-lhe ainda a preservação da ordem e da segurança pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio

(C) A Polícia Civil, instituição essencial à função jurisdicional da Justiça, exerce privativamente as atividades de criminalística, identificação, Medicina e Odontologia Legal, cabendo-lhe o cumprimento de suas funções institucionais.

(D) A Polícia Civil e a Coordenadoria-Geral de Polícia serão dirigidas por pessoa competente alheia às instituições e que tenha formação acadêmica em Direito Administrativo e Social, com autonomia operacional, sendo-lhe assegurada a participação na gestão administrativa, orçamentária e financeira para cumprimento de sua missão institucional.

(E) O ciclo completo da investigação policial inicia-se com a denúncia do ofendido a partir do conhecimento da notícia de infração penal, por quaisquer meios, e se desdobra pela articulação desordenada, dentre outros aspectos, dos

atos notariais e afetos à formalização das provas em inquérito policial ou outro instrumento legal, dos atos operativos de minimização dos efeitos do delito do e gerenciamento de crise dele decorrente, da pesquisa técnicocientífica sobre a autoria e a conduta criminal, das atividades de criminalística, identificação, Medicina e Odontologia Legal e encerra-se com o exaurimento das possibilidades investigativas contextualizadas no respectivo procedimento.

2. (2021)

Assinale a alternativa correta sobre a estrutura orgânica da Polícia Civil.

(A) A Polícia Civil exercerá suas funções e suas competências por meio dos órgãos de deliberação coletiva de direção superiores, os quais se seguem: o Conselho Superior da Polícia Civil, a Delegacia-Geral da Polícia Civil e a Coordenadoria-Geral de Perícias. As estruturas operativas, o desdobramento dos órgãos e as vinculações funcionais das unidades operacionais que os compõem serão estabelecidas em ato do Governador do Estado, por proposta do Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública. Todos os órgãos descritos nesse artigo vinculam-se diretamente à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

(B) As funções de direção, gerência, chefia ou assessoramento dos órgãos e das unidades operacionais da Polícia Civil são privativos de membros das carreiras nomeados por indicação do Governador, provenientes de qualquer outra Secretaria de Governo, em efetivo exercício ou não.

(C) O Conselho Superior da Polícia Civil, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, tem por finalidade a ouvidoria externa a partir das declarações da população, velando pela obediência aos princípios institucionais, ao cumprimento de suas funções institucionais e à execução de suas competências, dando ensejo e consequente ação penal contra os servidores que cometam infrações administrativas.

(D) A Coordenadoria-Geral de Perícias será dirigida pelo Coordenador-Geral de Perícias, Delegado de Polícia ou Promotor de Justiça, nomeado pelo Governador, escolhido entre os membros da primeira classe, em efetivo exercício no Estado.

(E) Por se tratar de órgão Público, o Coordenador-Geral de Perícias será empossado pelo Governador do Estado e entrará em exercício após sessão solene, perante o Conselho Superior da Polícia Civil, havendo a transmissão do cargo pelo antecessor, por um mandato eletivo ininterrupto de 8 (oito) anos, não coincidentes com a posse de outro Governador de Estado.

3. (2021)

Sobre o regime jurídico e a Corregedoria-Geral da Polícia Civil com previsão na Lei Complementar 114, de 19 de dezembro de 2005, bem como sobre o alcance do Decreto 13.502, de 23 de outubro de 2012, e suas repercussões na Constituição Estadual, assinale a alternativa correta.

(A) A Corregedoria-Geral da Polícia Civil, com circunscrição em todas as unidades da Polícia Civil, tem por finalidade atuar na defesa dos direitos e dos interesses individuais e coletivos e promover medidas para a correção de erros de e abusos das autoridades e agentes policiais, apurando a responsabilidade funcional, cabendo-lhe, em especial, a apuração somente dos crimes funcionais cometidos pelos integrantes da Coordenadoria-Geral de Perícias.

(B) As categorias funcionais da Polícia Civil são classificadas como típicas de Estado e de natureza eminentemente técnicoespecializada, submetendo os ocupantes dos seus cargos a condições especiais de trabalho celetista regidas exclusivamente pelo Decreto Lei 5.452 de 1 de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho.

(C) A observância dos níveis hierárquicos na designação para funções de chefia ou de direção não é obrigatória, podendo todos os servidores, independente de nível, se candidatarem ao pleito de escolha da Chefia administrativa.

(D) Os servidores policiais se habilitam para uma carga horária de 36 (trinta e seis) horas semanais, com descanso remunerado e sem possibilidade de realizar plantões ou disponibilidade de chamamento a qualquer tempo.

(E) A estrutura hierárquica constitui valor moral e técnico-administrativo que funciona como instrumento de controle e de eficácia dos atos operacionais e, subsidiariamente, é indutora da convivência profissional na diversidade de níveis, carreiras, cargos e funções que compõem a Polícia Civil, com a finalidade de assegurar a disciplina, a ética e o desenvolvimento do espírito de mútua cooperação, em ambiente de estima, confiança e respeito recíproco.

4. (2021)

Sobre a previsão da Lei Complementar 114, de 19 de dezembro de 2005, no que tange aos processos de ingresso na carreira, readaptação, reintegração, frequência e remoção, assinale a alternativa correta.

(A) O ingresso e a nomeação na carreira policial se procede mediante processo seletivo simplificado, sem necessidade de comprovação anterior nos cursos acadêmicos de formação superior previstos no edital do concurso.

(B) O Policial Civil que for exonerado dos quadros da Polícia Civil antes de concluído o estágio probatório deverá ressarcir o Estado pelas despesas decorrentes do curso de formação, cujos valores serão calculados e apurados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública proporcionalmente ao tempo mínimo em que o policial deveria permanecer na carreira.

(C) O ocupante de cargo de carreira da Polícia Civil nomeado e empossado permanecerá em estágio probatório por 3 (três) anos, contados da data da realização de sua primeira prova no certame, como condição para aquisição da estabilidade.

(D) O servidor em estágio probatório será lotado, obrigatoriamente, em unidade de classe especial ou, se Delegado de Polícia ou Perito Papiloscopista, também em unidade que tenha atividade de plantão.

(E) O Policial Civil em estágio probatório poderá ser colocado à disposição de outros órgãos ou entidades, a qualquer tempo, podendo exercer cargo em comissão e ser removido com mudança de localidade, exceto no âmbito da circunscrição da delegacia regional onde estiver lotado ou dos demais departamentos, em concorrência com outro servidor de classe especial

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

1. (2025)

A visualização de dados é uma etapa fundamental para compreender grandes volumes de informações e identificar padrões relevantes no contexto de Data Mining e Big Data. Em relação às principais técnicas de visualização de dados, é correto afirmar que:

- (A) Mapas de calor (Heatmaps) são úteis para identificar relações quantitativas entre variáveis, mostrando a intensidade dos valores com cores diferentes em uma matriz.
- (B) Word clouds é uma técnica de visualização ideal para representar séries temporais complexas.
- (C) Gráficos de linha são mais eficazes na representação de dados categóricos e discretos do que gráficos de barras.
- (D) Dashboards dinâmicos são menos eficazes em Big Data por não permitirem a atualização em tempo real de informações.
- (E) Diagramas de dispersão (Scatter Plots) são usados exclusivamente para representar a distribuição de uma única variável em grandes datasets.

2. (2025)

Inicialmente, o conceito de Big Data era amplamente descrito pelos chamados '3 Vs'. Com o avanço da área, novos 'Vs' foram incorporados para ampliar essa definição. Um desses novos 'Vs' é a veracidade.

Assinale a opção que melhor define o conceito de veracidade.

- (A) A veracidade representa a relevância e utilidade dos dados para uma solução.
- (B) A veracidade diz respeito à rapidez com que os dados são coletados, analisados e empregados.
- (C) A veracidade está relacionada com a diversidade de formatos, um dado pode ser estruturado ou não estruturado.

(D) A veracidade diz respeito à confiabilidade dos dados, influenciando a precisão dos resultados da análise.

(E) A veracidade está relacionada com a quantidade massiva de dados gerados e armazenados.

3. (2024)

Com relação ao conceito de Data Lakehouse e sua arquitetura, assinale a afirmativa correta.

- (A) É uma arquitetura anterior ao Data Warehouse, construído para armazenar basicamente dados não estruturados.
- (B) Foram concebidos como locais para armazenar dados brutos e não processados.
- (C) Representam uma evolução significativa na gestão e processamento de dados, oferecendo recursos avançados, porém, sem suporte a transações ACID.
- (D) Armazenam dados em sistemas de armazenamento de objetos, mas também incluem funcionalidades para gerenciar atualizações incrementais e exclusões, suportam histórico de tabelas e rollback.
- (E) Apresenta certa dificuldade em trocar dados entre ferramentas quando armazenados em um formato de arquivo aberto, gerando custos adicionais e tempo de processamento associados à ressociação de dados de um formato de banco de dados proprietário.

4. (2024)

No contexto de ciência de dados, os dados podem ser interpretados como itens elementares, captados e armazenados por recursos de Tecnologia da Informação. Seu propósito é expressar fatos do mundo real de forma a serem tratados no contexto computacional, sendo a base de uma pirâmide hierárquica.

Um nível acima, as informações representam os dados processados, com significado e contextos bem definidos.

Assinale a opção que apresenta corretamente o conceito do último nível dessa pirâmide, correspondendo a um padrão ou conjunto de padrões cuja formulação pode envolver e relacionar fatos e informações.

- (A) Aprendizado.
- (B) Inteligência.
- (C) Conhecimento.
- (D) Durabilidade.
- (E) Ciência.

5. (2024)

A ingestão de dados consiste na coleta, importação ou transferência de dados para um sistema de armazenamento e processamento. Em geral, a ingestão de dados representa o primeiro passo em um pipeline de processamento. Os dois principais métodos de ingestão de dados são a ingestão em lote (batch) e a ingestão em tempo real (streaming).

A respeito desses métodos, avalie as afirmativas a seguir.

I. A ingestão em lotes se dá continuamente ao longo do tempo e é utilizada quando há necessidade de se processar os dados imediatamente após sua coleta.

II. A ingestão em tempo real incorpora novos dados em massa, em intervalos ou blocos periodicamente transmitidos da fonte para o dispositivo em que ocorre o processamento.

III. Em ambos os métodos, é comum que os dados sejam transformados e validados, garantindo-se assim a precisão e a consistência das informações ingeridas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

6. (2024)

Relacione os termos de Inteligência Artificial (IA) às suas respectivas definições.

- 1 - IA fraca
- 2 - IA forte
- 3 - IA generativa
- 4 - Teste de Turing

() É capaz de resolver uma única tarefa, pode automatizar tarefas demoradas e analisar dados de maneiras que os humanos às vezes não podem.

() É uma categoria de algoritmos de IA que gera novos resultados com base nos dados em que foram treinados.

() É capaz de resolver uma gama extensa e arbitrária de tarefas, incluindo aquelas que são novas, e executá-las com eficácia comparável à de um ser humano.

() É uma medida de inteligência de uma máquina, onde se a máquina pode se passar por um humano em uma conversa de texto, ela passa no teste.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.
- (B) 1 – 2 – 4 – 3.
- (C) 4 – 3 – 2 – 1.
- (D) 3 – 2 – 1 – 4.

7. (2024)

Na área de Engenharia de Prompt, várias técnicas são usadas para melhorar a capacidade de modelos de linguagem em entender e responder perguntas complexas ou realizar tarefas específicas.

Com base na compreensão dessas técnicas, avalie se as seguintes afirmações são verdadeiras (V) ou falsas (F).

() Zero-Shot Prompting é uma técnica que requer um grande conjunto de exemplos específicos para treinar o modelo antes de ser capaz de realizar uma tarefa ou responder a uma pergunta.

() Chain-of-Thought (COT) envolve instruir o modelo de linguagem para decompor um problema complexo em etapas menores e mais gerenciáveis, detalhando o processo de raciocínio para chegar à resposta.

() Few-Shot Prompting utiliza apenas alguns exemplos selecionados para guiar o modelo na execução de uma tarefa, demonstrando como realizar a tarefa com um número limitado de referências.

() Zero-Shot COT combina a técnica de Chain-of-Thought com a abordagem Zero-Shot, permitindo que o modelo decomponha e resolva problemas complexos sem a necessidade de exemplos específicos de treinamento prévio.